

A economia solidária popular, a agroecologia e a agricultura familiar: para uma leitura de convergência

Parente, Cristina¹; Madeira, Rita²

¹ FLUP/IS-UP, cparente@letras.up.pt

² IS-UP, ritacmadeira99@gmail.com

Resumo: O trabalho de investigação que propomos apresentar resulta de uma abordagem qualitativa desenvolvida desde 2018 com várias organizações do setor agrícola, identificadas como explorações de agricultura familiar, localizadas no Norte de Portugal. O objetivo principal é o de analisar as suas dinâmicas funcionais e de integração no território, de modo a perceber as características das suas práticas de trabalho e lógicas de funcionamento, interpretando-as como traços de rutura ou continuidade com a economia de mercado capitalista e neo-liberal do modelo económico dominante. O quadro teórico mobilizado é o das economias diversas (onde podemos integrar o modelo agroecológico, pela sua abordagem sistémica aos recursos naturais e socioculturais, e o modelo de economia solidária popular que integra pessoas, economia e territórios numa perspetiva ética e de justiça social). Como prática de rutura com uma produção intensiva e massificada do agronegócio, analisaremos a sua coerência com os princípios e pressupostos da economia solidária popular e da agroecologia. Como dimensões analíticas fundamentais retemos quer uma vertente interna às explorações, quer uma vertente externa de relação com o território e os consumidores. Na primeira, são considerados indicadores relativos aos modos de produção, a relação com o solo (práticas culturais) e de gestão da exploração. As características sociodemográficas e pessoais dos produtores e das suas famílias serão igualmente trabalhadas. Na segunda, importa perceber o conceito de alimento (mercadoria ou bem comum), as relações de confiança tecidas, bem como a relação de trabalho/emprego criada. Conclui-se que apesar de uma não identificação com o rótulo da economia solidária ou com a agroecologia, nem enquanto prática, nem enquanto movimento social, algumas das suas dinâmicas e lógicas de atuação podem ser lidas de acordo com esta significação, e, portanto, como práticas económicas diversas.

Abstract: The research work we propose to present results from a qualitative approach developed since 2018 with several organizations in the agricultural sector, identified as family farming farms, located in the North of Portugal. The main objective is to analyze its functional dynamics and integration in the territory, to understand the characteristics of its work practices and operating logics, interpreting them as traces of rupture or continuity with the capitalist and neo-liberal market economy of the dominant economic model. The theoretical framework mobilized is that of diverse economies (where we can integrate the agroecological model, due to its systemic approach to natural and socio-cultural resources, and the popular solidarity economy model that integrates people, economy, and territories from an ethical and social justice perspective). As a practice of rupture with intensive and mass agribusiness production, we will analyze its coherence with the principles and assumptions of popular solidarity economy and agroecology. As fundamental analytical dimensions we retain both an internal aspect of the farms and an external aspect of the relationship with the territory and consumers. In the first, indicators relating to production methods, the relationship with the soil (cultural practices) and farm management are considered. The sociodemographic and personal characteristics of producers and their families will also be addressed. In the second, it is important to understand the concept of food (commodity or common good), the relationships of trust created, as well as the work/employment relationship created. It is concluded that despite a non-identification with the label of solidarity economy or agroecology, neither as a practice nor as a social movement, some of its dynamics and logic of action can be read in accordance with this meaning, and, therefore, as diverse economic practices.

Palavras-chave/keywords: economia solidária popular; agroecologia, agricultura familiar; Norte de Portugal / popular solidarity economy; agroecology, family farming; North of Portugal.

Introdução

A reflexão que propomos parte de uma conceção plural de economia aplicada a pequenas explorações de agricultura familiar. A questão de partida interroga como a matriz interpretativa da economia solidária popular e o modelo da agroecologia nos permitem compreender o exercício de uma prática económica agrícola que se encontra ao serviço das pessoas e dos territórios. O objetivo principal é o de analisar as dinâmicas funcionais e de integração no território de iniciativas da agricultura familiar no Norte de Portugal, de modo a perceber as características das suas práticas de trabalho e lógicas de funcionamento como elementos de rutura com traços da economia de mercado capitalista e neo-liberal do modelo económico dominante.

O quadro teórico mobilizado é o das economias diversas (Gibson-Graham e Dombroski 2020), onde podemos integrar o modelo agroecológico, pela sua abordagem sistémica aos recursos naturais e socioculturais, e o modelo de economia solidária popular que integra pessoas, economia e territórios numa perspetiva ética e de justiça social. Como prática de rutura com uma produção intensiva e massificada do agronegócio, e inspiradas pela proximidade ontológica que as caracteriza, consideramos ambas as abordagens teóricas para estudar os agricultores familiares pertencentes às iniciativas PROVE das Terras do Sousa e ao movimento das AMAP (particularmente no Porto).

De acordo com uma definição ampla da economia solidária, estamos face a um modelo de produção e consumo onde a lógica de cooperação e da reciprocidade se sobrepõe à de competição e à procura de lucro. São quatro as dimensões analíticas da economia solidária que, segundo a proposta de Hespanha e Santos (2016), nos permitem pensar este tipo de economias diversas nas sociedades contemporâneas, a saber:

- i) “a autogestão como método democrático de tomar decisões e de se autogovernar”, encontrando soluções para problemas quer por via de autorresponsabilização dos trabalhadores e das decisões tomadas em coletivo, quer pela participação na organização do processo produtivo com autonomia na execução e planeamento das atividades e tarefas, numa proposta empoderadora e desenvolvimentista das capacidades e competências de cada um, estas colocadas ao serviço do bem comum;
- ii) a informalidade, onde a reciprocidade e a dádiva decorrem de relações de interconhecimento e de interdependência fundadas na confiança e na lealdade, ancoradas em sentimentos e emoções, nomeadamente de cuidado, secundarizando a racionalidade das relações de cariz económico;
- iii) a solidariedade entre pessoas e grupos que partilham problemas/necessidades, interesses e expectativas, sustentada pela cooperação construída sobre relações de afeto que propiciam uma vontade de “redistribuição equitativa de oportunidades, bense resultados” com o objetivo de promover o “bien vivir” em detrimento da caridade, filantropia ou altruísmo;
- iv) envolvimento político, enquanto contrapoder, que procura democratizar a economia e desmercantilizar a vida, lutando e aprofundando direitos de cidadania a partir de práticas económicas que resolvem os problemas quotidianos da vida das pessoas.

A leitura da economia popular acresce a estas dimensões analíticas a garantia da “reprodução ampliada da vida” (Coraggio, 1991), que se expressa em diversas formas de solidariedade existentes entre os “trabalhadores, suas famílias e a comunidade local”, sem as quais a sobrevivência seria impossível. A sua organização ancora-se em

laços afetivos e relações de solidariedade praticadas no quotidiano dos grupos, no sentido de garantir, com a utilização dasua força de trabalho e recursos disponíveis, a satisfação das necessidades básicas materiais e imateriais (Icaza e Tiriba, 2009). A unidade de análise remete para a unidade doméstica, que vai para além da família, já que inclui amigos ou vizinhos. A perspetiva fundamental é a da reprodução da vida do grupo doméstico, por oposição à procura do lucro (Pinheiro, 2018).

O modelo da agroecologia propõe uma abordagem ecológica à agricultura como garantia de sustentabilidade económica, social e ambiental na gestão dos recursos naturais associados à recuperação de conhecimentos e tradições ancestrais. De acordo com Sevilla e Soler (2010), a agroecologia possui três dimensões inseparáveis que questionam a forma e a conceção da agricultura e de alimentação na sociedade ocidental:

- i) Uma dimensão ecológica e técnico-agrícola que concebe o agroecossistema como unidade de análise, com uma perspetiva holística e sistémica do território e do processoproductivo que acolhe, o qual representa um maior grau de complexidade do que as modernas lógicas industriais;
- ii) Uma dimensão socioeconómica e cultural que trata da reprodução social das comunidades, enfatizando a qualidade de vida e uma maior equidade social, por via do desenvolvimento endógeno dos territórios, respeitando-os como identidades próprias;
- iii) Uma dimensão sócio-política com o questionamento das políticas internacionais que, muitas vezes, dificultam os processos locais de sustentabilidade agroalimentar, atravésdo conceito de soberania alimentar e de alimento como bem comum, base do movimento internacional de agricultores da “via campesina”.

A agroecologia aproxima produtores e consumidores, prioriza espécies autóctones, as práticas culturais ancestrais, os mercados locais e os circuitos curtos dos alimentos, o que pode aumentar o rendimento dos produtores, enquanto mantém um preço justo para os consumidores, promovendo soluções justas com base no respeito pelas necessidades, recursos e capacidades.

Do ponto de vista teórico, consideramos que as características da economia solidária e populare da agroecologia se fundem virtuosamente para dar conta das dinâmicas de produção e consumo que podem ser encontradas nas explorações agrícolas de tipo familiar que predominam no Norte de Portugal. Apesar do conceito de agricultura familiar se referir a um segmento social heterogéneo, constituindo uma categoria ampla e diversa enquadrada entre a modernização e a tradição, a rutura e a continuidade, um dos seus traços mais marcantes é estar implementada em explorações agrícolas geridas por unidades familiares, sendo o negócio transmitido de geração em geração, usando redes de solidariedade primária, segundo valores de continuidade e compromisso. Nestes contextos, a agricultura é mais do que um emprego, mais do que uma ocupação: é um estilo de vida (Dinis, 2019). É sobre este estilo de vida que aplicamos as lentes teóricas referidas como modelos de economias diversas em rutura com a lógica extrativista e predadora dos modelos económicos capitalista.

Metodologia

O paradigma metodológico qualitativo mobilizado fez uso de uma multiplicidade de técnicas de recolha de informação que articularam as entrevistas (informais ou abertas) e a observação (direta e participante), com uma forte utilização dos diários de campo numa perspetiva de investigação-ação participada (Creswell, 2014). Foram muitas as

visitas de campo, os dias passados nas explorações, desenvolvendo as tarefas agrícolas quotidianas necessárias, ajudando na monda e na alimentação dos animais, montando cabazes, fazendo refeições conjuntas, falando da e com a família, saboreando os alimentos, desabafando sobre os anseios, partilhando as alegrias e projetando os futuros.

Esta presença participada, num período longo e extenso, em que as visitas às explorações e aos lugares de comercialização e consumo se repetiam, é determinante para o controlo e compreensão dos aspetos epistemológicos e operacionais da investigação.

O caso do PROVE nas Terras do Sousa foi acompanhado pelas duas autoras aquando da realização de um estágio curricular na ADER-SOUSA (Madeira, 2022). Em 2022, durante cerca de meio ano, desenvolveu-se um diagnóstico participativo com mulheres de nove explorações agrícolas do projeto PROVE e, numa fase posterior, elaborou-se coletivamente uma proposta de intervenção social, com o objetivo de potenciar as características das agricultoras/ produtoras e dos locais, promovendo-se o desenvolvimento centrado nas pessoas e a transição agroecológica. Para recolha de dados, recorreu-se à observação direta nas explorações agrícolas, espaços domésticos e locais de comercialização dos produtos hortícolas. Para além disso, as mulheres agricultoras elaboraram mapas mentais, preencheram uma caderneta agrícola, participaram num processo de construção de narrativas através da abordagem *photovoice* e numa dinâmica de brainstorming. Uma das autoras passou a ser consumidora dos cabazes PROVE, mantendo, desde então, uma relação de proximidade com pelo menos uma das agricultoras. Um outro relatório de estágio no mesmo contexto (Gomes, 2022), precedidos de outros trabalhos de campo desenvolvidos quer na Cooperativa Agrícola de Penafiel com o projeto “Nossa Terra” (Pinheiro, 2018) e na Fruta Feia (Silva, 2019), da mesma índole deram corpo à discussão.

No caso da Associação de Manutenção da Agricultura de Proximidade (AMAP), uma das investigadoras assume o papel de prosumidora/co-produtora deste grupo de consumo, participando nas atividades do grupo informal que reúne com alguma regularidade, em reuniões de acompanhamento, assembleias gerais e nos eventos de distribuição quinzenais. Simultaneamente, orientou, neste âmbito, um pós-doutoramento (Faria, 2018 - 2020) e uma tese de mestrado ainda em curso (2024). Igualmente, conduziu um Diagnóstico às Necessidades e Atividades de Voluntariado da Regenerar (2021), Rede Nacional das AMAP, membro pertencente à Urgenci¹. Numa abordagem mista, foram mobilizadas técnicas de observação direta, entrevistas semidiretivas com agricultores e inquéritos por questionário aplicados a um conjunto de prosumidores da AMAP.

Nas próximas secções, discutimos, a partir de um retrato de uma agricultora do PROVE e a partir da dinâmica de organização e funcionamento da AMAP, como estamos face a modos de produção e de consumo que protagonizam uma rutura com o modelo capitalista dominante, apresentando alguns indicadores tipo da economia solidária popular e do modelo agroecológico.

Resultados e Discussão

O PROVE das Terras do Sousa e a AMAP Porto são organizações de agricultores/produtores locais que se juntam para a produção e comercialização de cabazes de frescos, fundamentalmente de hortícolas e frutas, mas também queijos, azeite e produtos associados - cogumelos, leguminosas e alimentos em conserva. A

¹ Para saber mais: <https://urgenci.net/about-us/>

AMAP tem feito um processo de alargamento a novos produtores, integrando

recentemente produtores de carne e de pão. O principal objetivo passa pela facilitação de uma alternativa de comercialização desses produtos, através de circuitos curtos assentes em relações de proximidade entre produtores e dos produtores com os consumidores, que na AMAP assumem a designação de co-produtores ou prosumidores.

No território do Vale do Sousa, o PROVE é dinamizado e acompanhado pela ADER-SOUSA - uma associação fundada em 1991 em Felgueiras, que promove o desenvolvimento local e a melhoria das condições de vida das populações através de diversos projetos/atividades nos cinco concelhos de atuação (Paços de Ferreira, Felgueiras, Lousada, Paredes e Penafiel). Nesse projeto, foram acompanhadas nove mulheres agricultoras com características muito diversas (Madeira, 2022). Tratam-se, sobretudo, de explorações lideradas por agricultoras ou casais de agricultores, que se auto representam maioritariamente como agricultores, tendo como atividade principal a agricultura. Seleccionámos um caso para discussão pela sua exemplaridade:

Autointitulando-se empresária agrícola, D. Alda tem formação ao nível do ensino secundário, foi funcionária pública até ter tomado conta da exploração agrícola familiar. Herdou o negócio do marido, ao qual dá continuidade com muito orgulho, emoção e dedicação, associando o prazer na atividade agrícola à sua preocupação com o desenvolvimento territorial. Na sua exploração trabalham duas mulheres e conta com mais dois trabalhadores (um homem e uma mulher jovem) a tempo parcial, familiares das primeiras, que apoiam a preparação e comercialização dos cabazes, às sextas e sábados. Lidera a comercialização, a definição dos preços, tendo recentemente criado uma marca própria para as conservas. As decisões quanto ao planeamento da produção são partilhadas entre todas, contudo, a produção propriamente dita (métodos e práticas culturais) são mais da responsabilidade das agricultoras assalariadas. Trata-se de um modelo de organização do trabalho bastante autónomo, num negócio muito marcado por uma forte componente de economia cooperativa e feminista. Gere o negócio com forte proximidade em relação às pessoas do seu território que emprega, numa perspetiva de co-decisão. A exploração está organizada por secções de produção, permitindo uma grande variedade de frutos e hortícolas, ainda que complete os seus cabazes com produtos de outros produtores locais, particularmente familiares das suas assalariadas. Um tipo de cooperativa de produtores que garante a entrega semanal de 180 cabazes na cidade do Porto e assegura alimentos para as famílias dos trabalhadores assalariados. A agricultura na sua exploração é tributária de práticas sustentáveis, com fortes preocupações ambientais, onde a preservação de sementes e a rotação de culturas, com áreas de pousio e adubação verde são comuns. Com os consumidores, mantém relações de grande proximidade e de lealdade, preparando cabazes adequados às dimensões e características das famílias, nomeadamente aos gostos de cada uma, à existência de crianças/idosos, sendo bem visível a dimensão do cuidado numa economia de proximidade (Madeira, 2022 e Gomes, 2022).

Em relação ao grupo de agricultoras PROVE, o trabalho desenvolvido (Madeira, 2022) permitiu verificar que se tratava de um conjunto bastante heterogéneo, mas, ainda assim, havia características e dificuldades transversais. Desde logo, as mulheres agricultoras viviam sobrecarregadas com o trabalho doméstico e agrícola, assumindo um amplo número de papéis. De modo geral, não eram proprietárias das explorações agrícolas e nem sempre tinham poder de decisão em relação à produção e comercialização dos seus produtos. No projeto PROVE encontraram apenas um canal de escoamento desses produtos, sem se verificarem dinâmicas associativas e identitárias fortes. Apesar das dificuldades associadas à agricultura, nomeadamente a desvalorização profissional e a dureza do trabalho, mantêm-se dedicadas à atividade.

Verificaram-se lógicas de reprodução social, nomeadamente em termos de dinâmicas de género, mas também algum grau de abertura à mudança, particularmente em termos de aconselhamento agroecológico – são mulheres que vivem entre a tradição/continuidade e a modernidade. O grupo é relativamente pouco escolarizado, recorre, essencialmente, a mão de obra familiar e tende a dedicar-se exclusivamente à agricultura para autoconsumo e comercialização.

A AMAP Porto, fundada em 2016, é um grupo informal de produtores e consumidores que se organizam para garantir os princípios da soberania alimentar e do alimento como bem comum. Na sua maioria, os produtores e as produtoras, representados em igual número, são detentores da propriedade agrícola de cariz familiar, mas não se autointitulam como agricultores, mas como produtores. Genericamente, produtores e coprodutores são pessoas escolarizadas.

Os produtos têm certificação em agricultura biológica e são distribuídos em cabazes quinzenalmente. O grupo conta com uma participação interessante de co-produtores que montam, seguindo as indicações de 2 ou 3 produtores/as, o seu cabaz, sendo os princípios da auto-organização notórios. Porém, os restantes produtores não estão presentes nas sessões de distribuição e apenas deixam os seus produtos para entrega (etiquetados com o nome dos co-produtores). Estes participam pouco, ou quase nada, no funcionamento da AMAP, sobretudo porque a agricultura é uma atividade complementar, exercendo outras profissões principais.

A AMAP trabalha com ciclos trimestrais. Existe uma encomenda trimestral, assumindo os co-produtores um compromisso com a compra dos produtos/cabazes, através do preenchimento de um formulário online - um tipo de contrato informal. Estes produtores trabalham num sistema de autogestão, onde cada produtor é responsável pela gestão das suas encomendas por meio de uma plataforma digital, que intermedia o contacto dos produtores e co-produtores. Apesar de ser um grupo autogerido e auto-organizado por definição, com atividades partilhadas e assumidas por grupos de trabalho (de comunicação, gestão de encomendas, acolhimento, coordenação, “comissão de festas”) a participação é baixa. Os grupos da Comunicação e da Gestão de Encomendas são os únicos que funcionam com regularidade. Nas reuniões participam quase sempre as mesmas pessoas: cerca de 12 membros, maioritariamente mulheres. Anualmente, os membros pagam uma quota de 10 euros para “um fundo comum destinado a apoiar acções a nível local, nacional e internacional. Metade da verba reverte para apoiar o trabalho em rede” (Moreira, 2023: 5).

Todos os produtores relatam a importância da AMAP Porto para o escoamento da sua produção, mas nenhum vive exclusivamente da mesma. Por sua vez, a criação de postos de trabalho é diminuta. O emprego criado é sobretudo no seio da família, trabalhadores em empreendimento familiar não remunerado, havendo um único empreendimento que emprega 3 trabalhadores, recorrendo os restantes a trabalhadores sazonais.

“A maioria dos coprodutores entrevistados relatam conhecer os princípios das AMAP (agroecologia, relação de escala humana (proximidade) e alimento como bem comum). Porém, percebeu-se que o princípio mais conhecido era o da agroecologia seguido pelo da relação da escala humana. O princípio dos alimentos como bem comum não é conhecido dos consumidores. Em relação aos compromissos das AMAPs, o desconhecimento dos coprodutores ainda parece ser maior. Em geral, nas entrevistas, eles demonstraram entender que compromisso é o relacionado com os pagamentos trimestrais e não algo mais amplo, como seja um compromisso que tem implicações económicas, éticas e sociais” (Faria, 2020: 43).

Conclusões

As explorações agrícolas do PROVE das Terras do Sousa e da AMAP Porto enquadram-se no conceito de agricultura familiar, na sua diversidade. A gestão da unidade agrícola assenta na família, segundo lógicas de reprodução familiar, de solidariedade e compromisso. Nos dois casos, há indicadores tipo da economia solidária popular e do modelo agroecológico, nomeadamente: a autogestão, a informalidade, a solidariedade, a preocupação com a sustentabilidade e com a soberania alimentar (mais visível na AMAP do que no PROVE) e o cuidado da terra e das pessoas no sentido do bem comum. Verificam-se, portanto, ruturas com a produção intensiva do agronegócio, associada ao modelo capitalista e neoliberal dominante.

Apesar de uma não identificação com o rótulo da economia solidária ou com a agroecologia, nem enquanto prática, nem (muito menos) enquanto movimento social, algumas das suas dinâmicas e lógicas de atuação podem ser lidas de acordo com esta significação, e, portanto, como práticas económicas diversas.

Na AMAP Porto a abordagem é mais coletivista, ainda que se desenrole a partir da dinamização de produtores individuais, que se autointitulam de produtores (e não agricultores), apesar dos défices de participação nos grupos de trabalho e outras sessões. No PROVE, o sentido de pertença das agricultoras ao grupo é muito reduzido, não havendo dinâmicas de grupo, interconhecimento e partilha.

As lógicas comunitárias e os laços solidários verificam-se, nos dois casos, ao nível das famílias de agricultores/produtores. Neste sentido, terminamos a reflexão questionando em que medida estas dinâmicas e lógicas comunitárias de solidariedade e cuidado terão capacidade de se afirmar fora da esfera familiar no que diz respeito aos agricultores/produtores e alargar-se a uma esfera de consumo responsável por parte dos consumidores/co-produtores.

Agradecimentos

Agradecemos a todas as pessoas que, direta ou indiretamente, estiveram relacionadas com os processos de investigação aqui relatados, particularmente as agricultoras do PROVE das Terras do Sousa e os produtores/as e co-produtores/as da AMAP Porto.

Referências Bibliográficas

- CORAGGIO, J. L. (1991). *Ciudades sin Rumbo. Investigación urbana y proyecto popular*. Quito: SIAP-CIUDAD.
- CRESWELL, J. W. (2014). *Research design: qualitative, quantitative and mixed approaches*. California: Sage.
- DINIS, I. (2019). The concept of family farming in the Portuguese political discourse. *Social Sciences*, 8, 213.
- FARIA, M. V. (2020) *Agricultura de proximidade, capital social e economia solidária: o caso das Associações para a Manutenção da Agricultura de Proximidade (AMAPs) no norte de Portugal*. Pós-doutoramento em Sociologia (Relatório técnico-científico). Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- GIBSON-GRAHAM, J. K. & DOMBROSKI, K. (2020). *The handbook of Diverse Economies*. Edward Elgar Publishing.
- GOMES, Diana (2022). *Uma análise multifuncional da agricultura familiar com enfoque na desigualdade de género* (Relatório de estágio). Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto.
- HESPANHA, P., & LUCAS DOS SANTOS, (2016). O nome e a coisa. Sobre a invisibilidade e a ausência de reconhecimento institucional da Economia Solidária em Portugal. *Revista de Economia Social e Solidária*, 9.
- ICAZA, A. M., & TIRIBA, L (2009). Economía Popular. *Diccionario Internacional da Outra Economia*. Almedina/CES, p. 150-155
- MADEIRA, R. (2022) *Mulheres agricultoras em ação. Processo de co-construção de um programa de intervenção agroecológico a partir da ADER—SOUSA* (Relatório

- de estágio). Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto.
- MOREIRA, S. (2023) *Uma AMAP, 93 barrigas. Retrato de uma comunidade que apoia a agricultura no Porto*. Disponível em https://www.apdea.eu/Sem_UTAD_SM.pdf
- PINHEIRO, G. P. (2018). *“Da Nossa Terra”: uma resposta eficaz para uma atividade economia alternativa? – Estudo sobre a agricultura do concelho de Penafiel*. (Tese de mestrado). Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto.
- SEVILLA G; SOLER, M. (2010) Agroecología y soberanía alimentaria: alternativas a la globalización agroalimentaria. En: *Patrimonio cultural en la nueva ruralidad andaluza. Cuadernos PH*, Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico. Consejería de Cultura. Junta de Andalucía, vol. 26: 192-213.
- SILVA, M. S. M. M. (2018). *Uma alternativa solidária e responsável de comercializar e consumir: o caso de uma cooperativa de consumo*. (Tese de mestrado). Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto.